

## COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

## PROJETO DE LEI Nº 2.583, DE 2020

Institui a Estratégia Nacional de Saúde objetivando estabelecer uma estratégia nacional para incentivo às indústrias nacionais que produzam itens essenciais ao sistema de saúde nacional, bem como a pesquisa e desenvolvimento de produtos, insumos, medicamentos e materiais, com vistas a dar autonomia ao nosso país quanto a produção destes itens.

## **EMENDA SUPRESSIVA Nº**

Suprima-se o inciso IV do art. 3º do Projeto de Lei nº 2.583, de

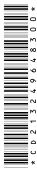
## **JUSTIFICAÇÃO**

Uma política industrial moderna não deve fazer distinção de origem de capital, se nacional ou estrangeiro, principalmente em momentos de crise econômica e social. Pelo contrário, deve atrair investimentos, bem como conhecimentos e mão-de-obra qualificada, a fim de incentivar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de promover a transferência de tecnologias para o país, visto a defasagem tecnológica do Brasil frente a países desenvolvidos.

Considerando a realidade brasileira, é ilusório pensar na criação, estruturação, manutenção e no sucesso de um parque fabril nacional,



2020.



que realize pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos, dispositivos médicos, medicamentos e matérias-primas correlatas sem que haja participação de investimento estrangeiro, tanto em recursos financeiros, humanos ou tecnológicos.

Ademais, em médio e longo prazos, a adoção de medidas protecionistas poderá deixar o Brasil "ilhado" e novamente de fora das grandes e importantes cadeias globais do setor saúde, significando defasagem tecnológica, restrição de acesso a mercados e dependência externa para aquisição de produtos de mais alta tecnologia.

Destaque-se ainda que tais medidas solapam as garantias de livre mercado estabelecidas pela Lei nº 13.874/2019, a chamada Lei da Liberdade Econômica, e vão de encontro aos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência.

Outrossim, o inciso para o qual pede-se a supressão prevê que as Empresas Estratégicas de Saúde devem ter 51% do total de cotas ou das ações ordinárias, ou preferenciais com direito a voto em suas assembleias gerais controladas por capital nacional. Tal dispositivo enseja ato discriminatório não só a empresas estrangeiras, mas também a empresas genuinamente brasileiras que, fortuitamente, não tenham o domínio societário nas mãos de capital nacional.

Diante da importância da matéria em tela e da necessidade de tomada de decisões racionais que surtam efeitos verdadeiramente positivos e duradouros, espero contar com o apoio dos nobres pares para aprovação desta emenda.

Sala da Comissão, em de de 2021.

**Deputada ADRIANA VENTURA**NOVO/SP



